

A DIMENSÃO IDEOPOLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

THE IDEOPOLITICAL DIMENSION OF SOCIAL WORK

Mariane Raquel Oliveira da Fonseca

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientadora Social da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS - Natal/RN)

RESUMO

O presente artigo objetiva, a partir de uma revisão de literatura, refletir acerca de alguns elementos essenciais da dimensão ideopolítica do Serviço Social. Entendemos que o presente momento histórico e o lugar de destaque ocupado por essa dimensão na profissão exigem uma contínua aproximação teórica aos contornos e debates atuais acerca da relação entre ideologia, política e profissão – e mais especificamente o Serviço Social. O panorama dessas discussões aponta para uma ainda presente confusão no que tange à relação entre a profissão e a esfera ideopolítica, lacuna que pode estar retroalimentando os embates no seio da profissão acerca dessa temática.

Palavras-chave: Dimensão ideopolítica. Militância política. Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims, based on a literature review, to reflect on some essential elements of the ideopolitical dimension of Social Work. We understand that the historical moment and the prominent place occupied by this dimension in the profession demand a continuous theoretical approach to the outlines and current debates about the relationship between ideology, politics and profession – and more specifically Social Work. The panorama of these discussions points to a still present confusion regarding the relationship between the profession and the ideopolitical sphere, a gap that may be feeding back the clashes within the profession about this theme.

Keywords: Ideopolitical dimension. Political militancy. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O contexto atual deflagra um cenário de efervescência na arena política. A ascensão de Bolsonaro à presidência, bem como os eventos recentes anteriores e posteriores, tem aguçado e revelado tensionamentos classistas, sociais e políticos, apenas para citar alguns. No seio dessa tensão, ocupa um lugar de destaque – ainda que não seja a esfera mais basilar – a luta pelo poder.

Não é novidade que o traço ideopolítico é algo notório no Serviço Social. Conforme discutiremos a seguir, uma das grandes marcas do processo de construção do projeto vigente que guia a profissão consiste justamente na explicitação de uma direção social e política. Também não é novidade que esse mesmo traço seja objeto de polêmicas no interior da categoria profissional. Isso porque, ainda que atual, esse dilema acerca da natureza ideológica e política da profissão, em si, não é recente. Ele remete aos embates ocorridos no período da renovação profissional, persistindo ao longo do tempo e reverberando na atualidade a partir de novos e antigos contornos.

Sumariamente, podemos indicar, a título de exemplo – e sem nos propor a superestimar ou subestimar a expressividade desses grupos –, as iniciativas do “Serviço Social Clínico” e do “Serviço Social Libertário”. Assim, ainda que pareça, para alguns, como uma discussão superada, uma vez que diversas respostas vêm sendo dadas desde a década de 1980, defendemos aqui a atualidade e persistência desse embate, o que acaba por demandar, na área acadêmica, um debruçar analítico sobre esse movimento da realidade.

É um debate, conforme situado anteriormente, que extrapola em muito a discussão no âmbito da categoria profissional, trazendo para ela, na verdade, questões e dilemas próprios da sociedade brasileira e mundial atual. Disputas maiores que estão acontecendo na sociedade reverberam, assim, para a profissão, com suas particularidades próprias. O momento histórico e o lugar de destaque ocupado pela dimensão ideopolítica na profissão exigem, então, uma contínua aproximação teórica aos contornos e debates atuais acerca da relação entre ideologia, política e profissão – e mais especificamente o Serviço Social.

Nesse sentido, o presente artigo, desenvolvido a partir de reflexões articuladas no nosso Trabalho de Conclusão de Curso, objetiva, a partir de uma revisão de literatura, refletir acerca de alguns elementos essenciais da dimensão ideopolítica do Serviço Social, intencionando, com isso, oferecer contribuições para a compreensão dos processos atuais de embate no bojo da categoria profissional. Inicialmente, trataremos da concepção de profissão do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; por fim, abordaremos alguns tensionamentos existentes no que tange à temática.

2 "SERVIÇO SOCIAL SE FAZ NA LUTA"

A renovação profissional – processo de ruptura com o conservadorismo e adesão à teoria social crítica de Marx¹, iniciado no Brasil nas últimas décadas do século passado – lançou as bases de uma nova concepção de profissão. Nessa nova concepção, a relação entre a profissão e a política, que sempre existiu, foi desnudada (SILVA, 2011). Conforme afirmam Abramides e Cabral (1995, p. 168), "a dimensão política da profissão tem na Reconceituação sua referência maior". Nas palavras de Palma (1986, p. 13), "[a renovação] pôs sobre a mesa o problema da relação entre a prática profissional e a política – e fê-lo em termos de denúncia das pretensões de neutralidade e apoliticismo com que a profissão operava".

Antes de tudo, a profissão começou a ser entendida a partir das conexões que estabelece com a realidade social, ultrapassando "a própria vontade e consciência de seus agentes individuais" (SILVA, 2011, p. 41), de maneira que, agora, o Serviço Social deixava de ser compreendido como a evolução de práticas caritativas para ser concebido como uma profissão situada nas contradições e lutas travadas entre as classes fundamentais da sociedade. Assim, o saldo dessa discussão trouxe à tona que toda prática do/a assistente social é também uma prática ideopolítica.

Nesse sentido, uma das características mais latentes do Serviço Social brasileiro na atualidade refere-se à sua articulação com as lutas da classe

¹ Para uma análise mais detalhada dessa aproximação com Marx e o marxismo, conferir Netto (2015).

trabalhadora. O slogan título do CFESS Manifesta² referente ao dia do/a trabalhador/a de 2012, "Serviço Social se faz na luta", expressa bem essa íntima conexão do desenvolvimento da profissão com as práticas ideopolíticas travadas na sociedade.

Conforme resgata Palma (1986, p. 165), "o elemento material e o componente espiritual [...] sempre vão unidos na prática do Serviço Social". Esse componente espiritual (ou imaterial) revela que tanto a prática como a elaboração teórica do/a assistente social possuem uma função pedagógica, por meio da qual a ação profissional incide na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos (ABREU, 2002), revelando que a intervenção do Serviço Social não se dá apenas num âmbito prático-operativo, mas também por meio de uma intervenção política.

A educação social foi sempre componente da ação do Serviço Social - um influxo pedagógico **nem sempre explícito, mas presente**. (...) Ninguém pode negar, por exemplo, que o desenvolvimento de comunidade, entre nós, foi implementado com um componente ideológico que procurava modelar a consciência dos beneficiários. (PALMA, 1986, p. 165, **grifo nosso**).

Apoiando-se em pressupostos gramscianos³, Abreu e Cardoso (2009) ressaltam que, historicamente, a função pedagógica da profissão alinhou-se aos interesses da classe dominante de exploração e dominação político-ideológica, detendo perfis pedagógicos voltados para a ajuda e a participação. Foi, entretanto, com a adoção do perfil pedagógico emancipatório, ocorrida no lastro da renovação profissional, que foi possível pensar-se num papel da profissão na organização da cultura voltado para contribuir para o processo de construção de uma nova hegemonia⁴.

² Segundo a página *online* do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o CFESS Manifesta, série de curtos documentos que enfrentam questões como preconceito e contrarreforma trabalhista, expressa os principais posicionamentos políticos da entidade.

³ "Nos últimos vinte anos, além das obras marxianas, são incorporados ao projeto e ao discurso profissional os marxistas contemporâneos, como é o caso de Antonio Gramsci, que desenvolveu o conceito de intelectual orgânico, presente no discurso profissional mediante prática educativa. [...] Segundo Abreu (2004), a dimensão pedagógica do Serviço Social insere-se na concepção gramsciana de direção intelectual e moral, que busca a transformação ideológica através de ações voltadas para a conquista da hegemonia." (MATOS, 2009, p. 125).

⁴ E aqui é suma importância assinalar que esse processo não se deu sem grandes contradições, intrincamentos e diferentes fases. Como aponta Abreu (2002, p. 206) "o perfil pedagógico emancipatório tem num primeiro momento uma intervenção profissional que negava os espaços institucionais, caracterizando-os como meros espaços de reprodução da lógica do capital, priorizando

É nesse sentido, então, que a desmistificação da pretensa neutralidade da ação profissional possibilitou tanto a negação da vinculação com a classe dominante vigente naquele momento como o entendimento de que era possível comprometer-se⁵ com o povo a partir do desenvolvimento de um projeto profissional que fosse capaz de ter uma direção social definida e articulada com o projeto societário das classes subalternas (YAZBEK *et al.*, 1984).

[...] Trata-se de uma situação em que o sentido e o valor da "profissão" implicam sempre um "compromisso" com uma "realidade" que é "totalmente política", de modo que a formação e o exercício profissional não existe separado da capacidade ou competência de "comprometimento" da formação escolar e técnica com a "realidade" e com a "prática". (OLIVEIRA, 2008, p. 109).

Esse processo culminou, portanto, na opção pela vinculação orgânica com os setores populares e na adesão ao marxismo⁶ como elemento fundante na redefinição da identidade profissional. Como resume Silva (2011, p. 118),

O desvelamento da dimensão político-ideológica da profissão situa o Serviço Social no contexto da correlação de forças antagônicas da sociedade e explicita a possibilidade do que os autores denominam de vínculo político-ideológico da prática profissional com o projeto de uma das classes que compõem a estrutura social capitalista. Isso supõe a opção político-ideológica por um projeto de classe e a desmistificação

esferas mais estratégicas da sociedade civil, tal como o partido político. Assim, os primeiros trabalhos em comunidades foram marcados pelo pragmatismo e voluntarismo. Com o avançar teórico da eminente intelectualidade que despontava no Serviço Social, essa perspectiva foi sendo superada, ganhando densidade teórica e superando o pragmatismo predominante. Aspectos como a educação popular, articulação com os movimentos sociais populares e organização da própria categoria podem ser considerados como determinantes desse momento."

⁵ E não apenas comprometer-se. O entendimento sustentava-se não só na ideia de que o Serviço Social encontra-se inserido no jogo de poderes, mas também de que ele intervém nesse processo, ainda que de maneira circunscrita aos limites da profissão. Essa concepção de que o/a assistente social era e é capaz de intervir nessas relações escamoteava um equívoco que emergiu nesse processo (dado que, como afirmamos na nota anterior, ele foi complexo e heterogêneo, com diversas fases) denominado por Iamamoto (2010) como fatalismo, que entendia o Estado como um bloco monolítico, e a profissão como um instrumento à serviço do capital. Como elucida Matos (2009, p. 125-6, **grifos nossos**), "para os assistentes sociais, a politização profissional parte da compreensão do significado social da profissão; isto é, da apreensão do **potencial interventivo** da prática do assistente social nas relações sociais, e **das possibilidades de atuação** com vistas a uma sociedade mais democrática."

⁶ E é importante ressaltar, mais uma vez, que são os próprios pressupostos marxistas que permitem, naquele momento, o desvelamento da dimensão ideopolítica da profissão. Conforme Wellen e Carli (2010) discutem, ao analisarem a relação teoria-prática na profissão, a imbricação entre a ciência e a política é um dos pressupostos de Marx.

da suposta neutralidade que, hegemonicamente, tem orientado o Serviço Social, enquanto exigência imposta à ação profissional.

Estabeleceu-se, naquele momento, um compromisso com os interesses da classe trabalhadora a partir de um projeto profissional vinculado a um projeto societário distinto daquele a que vinha se vinculando anteriormente. E aqui é importante assinalar que essa dimensão ideopolítica da profissão apenas pode existir enquanto vinculada a algum projeto societário, de maneira que esse próprio momento de renovação profissional também apenas pôde existir enquanto articulado aos processos de lutas mais gerais desse período histórico brasileiro, pois

As profissões, por si mesmas e diretamente, não têm nenhum potencial político. De fato, é muito ortodoxo afirmar que o ator da política são as classes (e não as profissões); igualmente, não é preciso muito esforço para concluir, sobre esta base, que a ação política dos profissionais (ou, melhor dito, os efeitos políticos da sua prática profissional) se descobre a partir da articulação e da posição que esta prática assume diante da ação política das classes. (PALMA, 1986, p. 19).

O processo de renovação profissional vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade.

Nesse momento, é tecido um projeto profissional de ruptura que, ao apresentar uma dimensão política explícita⁷, expressa também o projeto de uma determinada classe social, estabelecendo uma visão de homem, de sociedade e de mundo (TORRES,

⁷ "É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas" (NETTO, 2006, p. 5).

2007). Ao fazer isso, "o Serviço Social (...) representa uma espécie de vanguarda para um leque muito largo de profissionais" (PALMA, 1986, p. 18).

É de suma importância, nesse contexto, salientar que os processos de instituição e desenvolvimento das profissões (de maneira geral) são perpassados por pressupostos e direcionamentos ideológicos e políticos. Conforme aponta Netto (2006), toda ação humana que envolve necessidade e interesses, seja individual ou coletiva, implica em um projeto, que é "uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la" (NETTO, 2006, p. 2). Assim, toda profissão possui um projeto profissional, que é construído coletivamente e é indissociável de um projeto societário, cuja amplitude é macroscópica, visto que apresenta propostas para todo o conjunto da sociedade, e cuja posição sempre se relaciona a um dos eixos da luta de classes. O exercício profissional ocorre, portanto, estreitamente associado às concepções de homem e de mundo que permeiam esse campo. A profissão é constituída pela e na sociedade, impactando-a também grandemente, na medida em que exerce influência tanto no que tange aos aspectos macro societários até aos aspectos relativos à vida de cada indivíduo que nela adentra e que com ela se relaciona em algum nível.

Nesse sentido, é possível afirmar que nenhuma profissão é neutra⁸. Essa relação com a ideologia e a política, entretanto, ao nosso ver, é diferenciada a depender da profissão. A maioria das profissões não possui um projeto profissional (em suas dimensões ideológicas e políticas) explícito, havendo particularidades concretas na sua relação com o Estado e a sociedade. Para Palma (1986, p. 169), "o assistente social não é um funcionário do Estado tal como um engenheiro civil que trabalha no Ministério de Obras Públicas", pois, "como poucos outros funcionários, os assistentes sociais estão abertos e permeáveis às demandas e pressões populares." (*Ibidem*, p. 170).

O ponto central é que, nas palavras de Matos (2009, p. 136-7), "no caso específico do Serviço Social, a ação política não extrapola os limites da profissão, mas,

⁸ Tal qual a ciência: "[...] Daí que, no compromisso acadêmico primordial de trazer à tona com maior nitidez os processos sociais em curso no contexto da crise [...] há um evidente compromisso político, de alimentar as lutas sociais e anticapitalistas. Não existe ciência asséptica, neutra e descompromissada." (BOSCHETTI et. al, 2018, p. 15)

é a própria concretização da profissão [...]”. E essa característica, vale a pena lembrar, é presente, ainda que sob outra configuração, desde os primórdios da profissão, que “surge com evidente dimensão política” (FORTI, 2017, p. 375).

Essa dimensão política⁹, na sua explicitação atual, está vinculada, conforme detalhado anteriormente, ao corrente projeto ético-político da profissão, que traz consigo uma nova concepção de mundo e de Serviço Social. Ainda que esse seja um aspecto importante, a instrumentalidade profissional contempla, também, aspectos éticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (GUERRA, 1995).

Desde a Saúde ao Sócio jurídico, antigamente e hoje, a dimensão ideopolítica impregna a formação e o exercício profissional, estando presente na Lei de Regulamentação da profissão (8.662/1993), no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares.

De acordo com Braz (2008), há três elementos constitutivos do projeto profissional: 1) a dimensão da produção científica da categoria; 2) a dimensão político-organizativa, ancorada nas entidades representativas do Serviço Social; e 3) a dimensão jurídico-política, composta pela legislação profissional e social.

Todas essas três dimensões encontram-se intrincadas à dimensão ideopolítica do Serviço Social. É a partir da segunda dimensão – a político-organizativa¹⁰ –, porém, que a organização política da profissão é desenvolvida e concretizada – tanto no que diz respeito àquelas pautas referentes à profissão como àquelas mais especificamente ligadas às lutas mais gerais da classe trabalhadora (ainda que ambas não estejam desassociadas) –, contribuindo para o fortalecimento das ações de mobilização e organização da categoria dos/as assistentes sociais junto às demais organizações da classe trabalhadora (ABREU; CARDOSO, 2009).

São as entidades representativas da profissão que mobilizam essa dimensão, articulando o Serviço Social às pautas dos movimentos sociais, sindicais e político-partidários progressistas. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), segundo

⁹ Mota (2013, p. 19) destaca “o papel que vem desempenhando a produção intelectual do Serviço Social na formação de uma cultura ideopolítica e teórica no campo da esquerda marxista.”

¹⁰ Para um estudo aprofundado sobre a organização política da profissão e sobre a ação política do CFESS, cf. Ramos (2005).

aponta Ramos (2005), tem, ao longo dos anos, desempenhado um importante papel combativo e alinhado ao projeto profissional. A autora destaca que esse fator juntamente com a aproximação madura da profissão à teoria marxista são avanços notórios das últimas décadas, ainda que muitos desafios estejam colocados nesse contexto.

As pautas de luta do CFESS, bem como dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e das outras entidades representativas, relacionam-se às mais diversas expressões da “questão social”, combatendo os desmontes de direitos sob a égide do neoliberalismo e demais questões que vão de encontro aos princípios fundamentais defendidos pelo Código de Ética atual (1993), que são¹¹:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (BRASIL, 1993).

¹¹ Optamos por colocar todos os princípios para que, aqui, o/a leitor/a possa atentar para a tamanha influência da dimensão ideopolítica ancorada em pressupostos marxistas na construção do Código vigente.

No que tange à presença da dimensão ideopolítica no exercício profissional, pode-se afirmar que, tanto a partir das práticas desenvolvidas em espaços sócio ocupacionais dos mais diversos, como nos espaços específicos de lutas da classe trabalhadora (como movimentos e sindicatos), o/a assistente social mobiliza essa dimensão, desenvolvendo processos de mobilização e organização popular¹².

Nesse sentido, a “função pedagógica” do Assistente Social se localiza na elaboração e difusão de ideologias no processo de organização da cultura. A intervenção deste profissional compõe o cotidiano do embate entre as classes sociais através de espaços sócio-ocupacionais no campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais, e nos processos de luta e resistência das classes subalternas. (MARTINS, 2013, p. 3).

Esse trabalho, portanto, se dá tanto no campo das políticas sociais e na afirmação de direitos como por meio da “instrumentalização intelectual, ideológica, política e técnica dos processos de resistência e luta das classes subalternas” (MOTA, 2013, p. 23), como ocorre, por exemplo, através da assessoria aos movimentos.

O profissional, ao mobilizar as interligadas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (GUERRA, 2007) no exercício profissional, transita e se constrói através de processos de luta e reivindicação cotidiana, campo que partilha com a classe trabalhadora (PALMA, 1986), no sentido de “apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas” (DURIGUETTO, 2014, p. 189). Sobre a íntima relação entre a profissão e os movimentos sociais, Wagner (2004, p. 134) afirma:

Esta vinculação estreita também parece óbvia porque os movimentos sociais tematizam problemas e contradições que parecem não ser passíveis de solução, ou de solução satisfatória, mediante as formas tradicionais de organização social. Em boa medida, estes são também os problemas com os quais o Serviço Social se ocupa ou aos quais ele deve(ria) reagir. Movimentos sociais são tanto expressão como motor

¹² Nas palavras de Cardoso e Lopes (2009, p.1): “São processos complexos que podem ocorrer a partir de duas referências institucionais distintas: a primeira diz respeito ao trabalho profissional do assistente social realizado nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda refere-se ao trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional”.

da transtormação [sic] social; isto é, eles apontam para mudanças necessárias e participam do processo de sua efetivação. O Serviço Social também reage à transformação social e tem como tarefa ocupar-se de deficiências velhas e novas na realidade social.

A Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) prescreve, no seu artigo 4º, parágrafo IX, quando trata das competências do/a assistente social, a possibilidade de atuação no sentido de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 1993b)¹³. Entretanto, é importante novamente destacar que a dimensão ideopolítica da prática profissional está relacionada a todos os outros parágrafos das competências e atribuições privativas do/a assistente social. Essa dimensão permite que o/a profissional exercite um movimento em que

As situações-objeto da atuação profissional também são objeto do conhecimento e de intervenção política, extrapolando o raio de ação da atividade profissional e expondo a relação com a totalidade historicamente construída, permitindo identificar os nexos entre: a) os objetos da ação profissional e os das lutas sociais; b) a precária e insuficiente oferta de bens e serviços sociais públicos e os processos de privatização e mercantilização das políticas; c) a focalização e a seletividade e os limites da universalização do acesso e dos direitos na sociedade do capital; d) as expressões do desemprego e do trabalho precário, eventual, inseguro e os requerimentos da reestruturação produtiva e da restauração capitalista; e) as mais diversas expressões da pobreza e o conteúdo das modernas expropriações de direito e usufruto de bens públicos não mercantis. Enfim, o trânsito entre o âmbito das singularidades da atuação prático-operativa e as tendências macropolíticas da sociedade brasileira, ou seja, entre os processos de reprodução social e as possibilidades de seu tencionamento [sic], organicamente articuladas a outro projeto de sociedade. (MOTA, 2017, p. 51).

¹³ “A relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular é explicitada, por exemplo, na Lei de Regulamentação da profissão (1993) [...] e no nosso Código de Ética (1993), que afirma como direito do profissional ‘apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania’ (art. 12, alínea b) e ‘respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras’ (art. 13, alínea c). Essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas **orientações tático-estratégicas e ético-políticas.**” (DURIGUETTO, 2014, p. 188, **grifo da autora**).

Na formação, essa dimensão incide nos projetos pedagógicos das várias unidades de ensino em Serviço Social do país (MATOS, 2009). Há a necessidade de incorporação do “papel político do assistente social prescrito pela formação acadêmica, incorporado à profissão, que visa à garantia de uma intervenção consciente no cotidiano das classes subalternizadas, [...] de forma a afirmar uma direção política ou a politização da ação profissional.” (MATOS, 2009, p. 125).

Não seria exagero dizer que, graças a essa opção teórico-metodológica, a empreitada de se opor à hegemonia das classes dominantes, na academia, tornou-se quase unicamente do Serviço Social, tanto que o curso é, hoje, o refúgio de filósofos, economistas, educadores e de outros profissionais que querem uma ruptura radical com o legado positivista. (TAVARES, 2013, p. 9).

Por fim, é imprescindível destacar que essas instâncias (organização política, exercício e formação profissional) não estão à parte de movimentos contraditórios e desafios estruturais e conjunturais da atualidade. Como problematizam Durigetto e Baldi (2012, p. 198):

No Serviço Social, como visto, é na dimensão ideopolítica da intervenção que reside a possibilidade dos assistentes sociais influenciarem criticamente os valores, comportamentos e ações dos sujeitos com os quais trabalham. Contudo, a análise do constructo teórico que temos acumulado sobre esta relação do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular, apesar das significativas contribuições, ainda nos revela problemáticas e desafios em aberto.

Antes de tudo, é importante enfatizar que, ao mesmo tempo em que o fato do/a profissional ser da classe trabalhadora ser um fator positivo, pois o/a aproxima das demandas dessa classe, é também um fator que estabelece limites para a sua prática profissional, determinando que a sua autonomia seja relativa (IAMAMOTO, 2010). Nesse sentido, Matos (2009, p. 131) relembra que, “da mesma forma que o conhecimento teórico metodológico, [sic] é essencial para instrumentalizar a prática profissional, os recursos institucionais são necessários para a efetivação da ação profissional”. Qual é, então, o contexto em que a prática profissional é gestada na atualidade?

Cardoso e Lopes (2009), ao analisarem essa questão, relembram que, ao passo que, na década de 1980, havia uma ascensão das lutas populares no Brasil, em âmbito internacional desenvolvia-se o processo de reestruturação produtiva, que alcançou o Brasil na década de 1990 por meio da implantação do projeto neoliberal.

O quadro sócio-histórico atual é de fortes ataques às classes subalternas, materializados nas regressividades dos contratos e das condições de trabalho impostos pela reestruturação produtiva e nas contrarreformas na esfera estatal, que, no campo particular das políticas sociais, vêm assumindo contornos formulativos e operativos focalizadores e de um nítido caráter de assistencialização das políticas protetivas. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 134).

Diversos setores da intelectualidade de esquerda foram, a partir desse momento, afetados. Entretanto, esse projeto encontrou, no Serviço Social, uma profissão já consolidada academicamente e hegemônica pelo pensamento marxista, que, a partir de então, passou a desenvolver estratégias para a manutenção dessa hegemonia (CARDOSO; LOPES, 2009).

Apesar dessa direção hegemônica (na formação, produção intelectual e organização política do Serviço Social), a profissão (e a classe trabalhadora) tem enfrentado, ao longo das últimas décadas, desafios sócio históricos impostos pelo capitalismo contemporâneo, que incidem principalmente no cotidiano profissional, de maneira que, "nas instituições empregadoras dos Assistentes Sociais, onde se dão as relações diretas com os usuários, esse projeto não se imprimiu com a mesma força na implementação de respostas profissionais às requisições colocadas pelas classes sociais." (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 9).

A partir de 1990, principalmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma forte tendência é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte de subalternidade, buscando a legitimação pelas classes subalternas, do atual padrão de política social sob a égide do neoliberalismo. (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 10).

Esse desafio dá-se de maneira ainda mais intensa quando o assunto é a inserção nas organizações da classe trabalhadora, ainda que essa inserção seja uma tendência na profissão desde a renovação. Conforme apontam Cardoso e Lopes

(2009), na década de 1990 há uma explosão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, além de ampliar a inserção dos/as assistentes sociais, também possibilita a emergência de um número significativo de ONGs que atuam na organização da luta social.

Assim, “em face da prevalência da ideologia neoliberal, os avanços do trabalho do assistente social conquistados, nos anos de 1980, [...] não se consolidaram, principalmente nas organizações da classe trabalhadora enquanto segmento das classes subalternas.” (CARDOSO; LOPES, 2009, p. 10).

De acordo com Yamamoto (2004, p. 47), verifica-se uma ausência da atuação profissional “em organizações e associações próprias da classe trabalhadora, por elas criadas e geridas, assim como a falta de vínculos sólidos com seus movimentos sociais autônomos”. Essa ausência se deve tanto ao refluxo dos movimentos sociais ocorrido nas últimas décadas como à própria precarização das condições de vida e trabalho do/a assistente social¹⁴ (MORO; MARQUES, 2011). Dessa maneira,

Apesar dos movimentos sociais serem considerados “[...] parte integrante do exercício profissional” (BRAVO e MATOS, 2006, p. 158) e objeto de estudo, as publicações teóricas sobre análises e relatos de experiências de intervenção com estes sujeitos coletivos demonstram-se irrisórias, representando somente 6,1% das publicações. Constata-se neste trabalho o que Duriguetto (1995, p. 145) problematiza como uma “[...] dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional”. [...] Os autores atribuem o recuo deste debate a conjuntura política desfavorável, de ameaça aos direitos conquistados e criminalização das lutas sociais, além do fenômeno de institucionalização dos movimentos sociais através dos conselhos de direitos, transformando grande parte dos militantes em gestores da estrutura democrática estatal. (MORO; MARQUES, 2011, p. 39 e 40).

É importante ressaltar que, em face do declínio e desestabilização da participação da sociedade nas instituições políticas tradicionais, a própria hegemonia da organização política da categoria toma novas formas. Como já foi dito, há uma

¹⁴ “Inegavelmente, existe um processo de renovação de quadros profissionais no Serviço Social brasileiro: trata-se de um segmento jovem que vivencia a instabilidade e a desproteção social do trabalho: ocupa postos de trabalho precarizados e encontra-se mais permeável à ofensiva tecnicista, pragmática e anti-intelectual, derivada da massificação do ensino e das pedagogias e metodologias de ação institucionais” (MOTA, 2014, p. 702).

“regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no quadro sindical (...), seja no campo dos movimentos sociais” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 134), que incidem diretamente na profissão tanto no que diz respeito ao trabalho do/a assistente social em organizações da classe trabalhadora¹⁵, conforme apontado anteriormente, como na sua própria organização.

Abreu e Cardoso (2009) entendem que uma guinada na organização política da categoria – que teve seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980 – pode “potencializar uma inserção crítica dos assistentes sociais nos espaços ocupacionais tradicionais e ampliar a abertura para a mesma inserção nos espaços específicos de luta e organização política dessas classes.” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 15).

Nesse sentido, Mota (2014, p. 699-700), ao reafirmar a necessidade de se desenvolver estratégias que possibilitem a manutenção do projeto ético-político profissional, aponta que “um dos principais desafios profissionais do Serviço Social no século XXI é garantir que os avanços teórico-políticos e acadêmicos do Serviço Social brasileiro, gestados desde a década de 1980, mantenham uma relação de unidade com a prática e a formação profissional”. Isso porque encontram-se, conforme já foi exposto,

De um lado, as diretrizes, os valores, os fundamentos e requerimentos teóricos e políticos expressos no projeto ético-político profissional; de outro, os determinantes técnico-institucionais e da divisão sociotécnica do trabalho que mediatizam a produção e a reprodução social. Defronta-se a cultura profissional, marcadamente crítica e de esquerda, com as contradições e dinâmicas econômico-políticas e institucionais próprias da sociedade do capital. (MOTA, 2014, p. 699-700).

¹⁵ Ao trabalhar tendências atuais de espaços sócio ocupacionais variados no que tange à prática política, Mota (2014, p. 698) destaca que: “Embora sem constituir uma demanda emergente, vale acrescentar no rol dos espaços ocupacionais as mudanças ocorridas na relação entre o Serviço Social e os tradicionais ‘movimentos sociais’ e com os sindicatos rurais e urbanos: menos executivas e mais no campo da assessoria e formulação político-intelectual. Além disso, amplia-se o espaço de inserção do Serviço Social com os ‘novos movimentos’, por meio das suas organizações ou mediante programas de governo no campo da discriminação sexual, racial, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos”.

3 "SERVIÇO SOCIAL NÃO É MILITÂNCIA"

Nesse contexto de tensionamentos conjunturais, afloram também embates no seio da categoria profissional no que tange à sua dimensão ideopolítica. "Serviço social não é militância" emerge, então, como uma bandeira de luta de setores contra hegemônicos da profissão.

Há variadas formas através das quais a profissão pode se relacionar com a militância. Uma delas é através do fortalecimento dos/as militantes, como resgam Duriguetto e Baldi (2012). Nesse sentido, a militância é auxiliada pela profissão e exerce um trabalho em conjunto com ela, visto que ambas compartilham do mesmo projeto societário. Isso tem a ver com a dimensão ideopolítica do Serviço Social.

Entretanto, as dificuldades emergem quando a figura do/a militante se desenvolve não apenas como algo externo e diferente da figura do/a profissional, mas confundindo-se com ela. O próprio fortalecimento dos/as militantes, através de processos de formação política, pode propiciar um ambiente favorável para o surgimento dessa dificuldade, em virtude das características anteriormente expostas: a partilha do mesmo projeto societário e a dimensão ideopolítica da profissão. Além dessas, pode-se ressaltar também a indissociabilidade entre os valores pessoais e profissionais, o que se acentua quando esses valores são intrinsecamente relacionados, podendo auxiliar-se mutuamente, como é o caso dos valores do/a militante de esquerda e do/a assistente social.

Palma (1986) aponta que o binômio militância-profissão é, no seu entender, uma contradição real, constituindo-se como um dos conflitos que permearam a Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Ao afirmar que "o Serviço Social não é uma forma disfarçada de realizar a militância política" (PALMA, 1986, p. 163), traça uma diferenciação entre o campo da profissão e o da militância política. Essa diferenciação, entretanto, conforme problematiza o autor, nem sempre foi clara na trajetória da profissão, de maneira que a relação entre esses dois campos já deteve diferentes delineamentos na história do Serviço Social brasileiro.

No período da Reconceituação, havia aqueles que, no extremo oposto dos que defendiam uma prática neutra e apolítica, se autoproclamavam "agentes de mudança",

“colocando como fins da profissão objetivos tão claramente políticos como a organização, a mobilização e a politização dos setores populares” (PALMA, 1986, p. 14), recaindo numa espécie de messianismo (IAMAMOTO, 2010).

Havia também aqueles que, recaindo em um fatalismo (IAMAMOTO, 2010), “se desiludiram com a profissão (...). Muitos destes – e estou pensando em rostos concretos – abandonaram a profissão e passaram a ser quadros full-time de partidos e movimentos.” (PALMA, 1986, p. 14). Existiam, ainda, os que entendiam que deviam ser ora profissionais, ora militantes; os voluntaristas; e aqueles que desistiram do Serviço Social e migraram para outras profissões. O autor entende que esses posicionamentos “ignoram um dos polos da contradição: ou o dos condicionantes profissionais, ou o da possibilidade de se comprometer com o povo” (PALMA, 1986, p. 117), trazendo que a questão de fundo se refere a qual função cabe à profissão nesse movimento e como ela deve desempenhá-la. Para ele, é imprescindível, então, “indagar quais os traços que pode – e deve – assumir a prática profissional” (PALMA, 1986, p. 117), não sendo este um simples exercício intelectual.

O autor, que não desconsidera – e, por outro lado, reafirma – a dimensão ideopolítica da prática profissional, afirma que essa dimensão, porém, não pode ser confundida com as tarefas de um partido ou movimento político, ainda que as ações da categoria profissional possam se articular a essas tarefas, quando da defesa do mesmo projeto societário.

Ele assinala a “autonomia relativa de cada nível” e a “independência entre as tarefas profissionais e as da militância política” (PALMA, 1986, p. 164), na medida em que reafirma a importância de se entender o/a assistente social no contexto do seu assalariamento, que, apesar de ser um fator potenciador, na medida em que o/a aproxima das demandas da classe trabalhadora, é, também, um fator “limitador” de uma perspectiva revolucionária, possibilitando-lhe uma autonomia que é relativa.

Para Iamamoto e Netto (1992), a confusão entre exercício profissional e militância política constitui-se como uma regressão no debate profissional, na medida em que reincide nos dilemas do chamado Serviço Social Alternativo, vigente no debate da Reconceituação latino-americana. Dentre outras questões, “o que o debate traz de

mais complicado é a eliminação da fronteira entre profissão e partido político, entre prática profissional e militância" (PAULA, 2009, p. 87). Conforme discute Iamamoto (1991, p. 67), "analisar as relações entre profissão e partido supõe acentuar as suas diferenças para elucidar as suas relações, e não diluí-las numa relação de identidade", de maneira que o melhor caminho seria não tomá-los como iguais e analisar as suas complementaridades (PAULA, 2009).

Silva (2011), por sua vez, ao encarar esse dilema, afirma que "a demarcação de fronteiras entre a prática profissional e a militância político-partidária constitui uma tensão permanente que tem perpassado todo o esforço de ruptura com o conservadorismo, no Serviço Social" (SILVA, 2011, p. 306). Nesse sentido, a autora diferencia a militância nos espaços organizativos da sociedade civil, enquanto uma consequência imediata da dimensão ideopolítica da profissão, da militância político-partidária, e é essa última que a autora combate, afirmando que é inegável que, na literatura profissional, "encontram-se exemplos de diluição de fronteiras entre a prática profissional e a prática político-partidária, com superdimensionamento do potencial político da profissão, à qual são atribuídas, muitas vezes, tarefas partidárias." (SILVA, 2011, p. 306).

Esse não é, portanto – e como já havíamos assinalado anteriormente –, um dilema novo no seio da profissão, de maneira que diversos autores já o debateram. Entretanto, levantamos a discussão, aqui, que apesar de, por exemplo, os/as assistentes sociais não mais se enxergarem explicitamente enquanto "agentes de transformação", esse dilema se atualiza no presente sob novas formas, conforme demonstraremos a seguir.

Iamamoto (2010), ao analisar a obra de Abreu (2002), identifica que esta última, renomada autora no âmbito dos estudos da dimensão pedagógica do Serviço Social, ao adotar a concepção gramsciana do/a assistente social como um/a "intelectual orgânico/a" das classes subalternas, acaba por esperar por um Serviço Social socialista nos marcos de um Estado ainda burguês e de uma conjuntura marcada por fortes ataques contra as lutas da classe trabalhadora. Segundo a autora,

[...] essa perspectiva re-atualiza o debate oriundo dos anos 80, que torna fluidos os limites entre profissão e militância política revolucionária, pois equaliza inserções e dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político, visto não ser a categoria politicamente homogênea, por tratar-se de uma especialização do trabalho na sociedade e não de uma atividade que se inscreva na arena da política *stricto sensu*. (IAMAMOTO, 2010, p. 323).

Nesse contexto, é importante resgatar a análise de Netto (2006, p. 5, **grifos nossos**) acerca dos projetos profissionais, na medida em que o autor relembra que:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. **O corpo profissional é uma unidade não-homogênea**, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um **espaço plural** do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo **confronto de idéias e não por mecanismos coercitivos e excludentes**. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, **mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo**.

Ao discutir sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos espaços sócio ocupacionais em que os/as assistentes sociais se inserem, Abreu (2002) afirma que esse é um dos exemplos de movimentos que possibilitam, aos profissionais, o desenvolvimento de projetos emancipatórios. Alguns profissionais, ao aliar a sua condição de profissional à de militante, possibilitam avanços tanto para o Serviço Social como para a articulação política do movimento.

Iamamoto (2010, p. 329), entretanto, afirma que “[...] a formulação do perfil ‘pedagógico emancipatório do assistente social’, enquanto norte defendido para a profissão, no contexto brasileiro, está restrito a um segmento minoritário das classes subalternas, altamente politizado e solidário a um projeto socialista da sociedade”. Além disso, enfatiza a condição de assalariamento do/a profissional, que o/a situa em

contextos de contradição entre as classes e limita esse perfil pedagógico emancipatório.

A elaboração de Cardoso e Lopes (2009), presente na icônica e difundida obra "Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais", por sua vez, ao refletir sobre o trabalho do/a assistente social nas organizações da classe trabalhadora (e, em especial, o MST), também acaba em não realizar uma clara distinção "entre os militantes que são assistentes sociais, mas não se inserem no movimento como tais, e os assistentes sociais que são demandados para intervirem profissionalmente no movimento" (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 199).

O trabalho de Matos (2009) é outro exemplo de como essa perspectiva é complexa e ainda demanda uma maior clarificação no interior da categoria. A autora, ao tratar do compromisso com a classe trabalhadora estabelecido a partir da ruptura, afirma que essa perspectiva concorre "para o engajamento como um 'fazer profissional'" (MATOS, 2009, p. 113), expressando o entrelaçamento entre a profissão e a participação política.

Outros/as autores, progressistas e conservadores/as, tanto no Serviço Social¹⁶ como nas Ciências Sociais¹⁷ em geral, têm entendido uma indistinção no que tange ao binômio militância-profissão. O panorama dessas discussões aponta, então, para uma ainda presente confusão no que tange à relação entre a profissão e a esfera ideopolítica, lacuna que pode estar retroalimentando os embates no seio da profissão acerca dessa temática.

¹⁶ "Para Oliveira (2008a), além dos evidentes interesses por uma profissão, a titulação universitária pode ser direcionada de forma a congregar a atuação profissional com o engajamento e participação em movimentos sociais, possibilitando uma 'fusão' e 'indistinção' que ocorre entre profissão e disposição com determinadas causas sociais. [...]" (MATOS, 2009, p. 136).

¹⁷ "A crescente aproximação entre os personagens do militante e do intelectual parece ter criado uma tensão entre estes dois agentes. Ainda que esta ligação energética não tenha sido inaugurada na modernidade intensificou-se a tal ponto neste período que se pode falar, em alguns casos, da fusão entre o militante e o intelectual. O encontro destes sujeitos à sombra da crítica ao saber desinteressado trouxe implicações múltiplas tanto para o jogo da política quanto para o labor científico. [...] A crítica marxista à divisão entre trabalho manual e intelectual e a conseqüente denúncia da relação promíscua entre ciência e ideologia apresentaram, de saída, o antídoto ao saber reacionário velado, qual seja, o engajamento revolucionário explícito." (SOUZA, 1999, p. 131 - 2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste breve artigo, tecemos reflexões acerca de alguns elementos essenciais da dimensão ideopolítica do Serviço Social. Apreendemos, nesse sentido, que a profissão possui uma instância ideológica e política intrínseca. Essa dimensão não pode ser subestimada, uma vez que ocupa um lugar importante na materialização do projeto ético-político da categoria. Da mesma maneira, não pode ser supervalorizada, o que recairia em um equívoco politicista, algo semelhante ao que ocorreu no período da renovação profissional.

Expusemos, nesse cenário, que, ainda que muitos avanços tenham ocorrido no âmbito dessa discussão, permanecem confusões acerca da relação existente entre essa dimensão e o Serviço Social brasileiro. Resgatamos, também, que essa lacuna possivelmente apresenta-se como um dos fatores que culminam nesse embate existente atualmente. Além disso, é importante situar que essas confusões, por sua vez, também necessitam de ser apreendidas sob a ótica de um contexto mais amplo que envolve disputas de projetos profissionais e societários, que estão em confronto – como se pode supor – tanto na profissão como na sociedade como um todo.

Nesse cenário de luta pela hegemonia, a instância do pluralismo enquanto um princípio ético a ser respeitado é um recurso heurístico que ajuda a apreender o fato de que existem diversas posições sobre os contornos da relação entre a dimensão ideopolítica e o Serviço Social, de forma que o compromisso com a realidade social se impõe como o necessário elemento norteador das variadas concepções acerca dessa temática. Em outro sentido, o pluralismo também tensiona essa temática, posto que possibilita que atores destoantes também adentrem na arena ideopolítica do Serviço Social, inclusive se opondo à cultura política de esquerda (MOTA, 2013) na qual a profissão se insere no Brasil e em outras regiões do mundo.

Assim, discutir sobre essas questões, defendendo uma concretização plural da dimensão ideopolítica da profissão, implica também em defender que o legado do processo de renovação – e mais especificamente da sua vertente vencedora, denominada por Netto (2015) de “intenção de ruptura [com o conservadorismo]” –, que

foi ancorada na diversidade de projetos profissionais e na defesa democrática, não seja escamoteado da prática do Serviço Social brasileiro.

Esses elementos, pontuados à guisa de considerações finais, ao resgatarmos a complexidade e atualidade dessa discussão, nos permitem apontar a necessidade de reflexões que possam aprofundá-la. Esperamos, portanto, que as análises aqui desenvolvidas possam servir como molas propulsoras de novas ponderações e problematizações acerca dessa ainda presente e influente polêmica no Serviço Social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social - trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, I. et. al. **Marxismo, política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: 1993.

_____. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: 1993b.

BRAZ, M. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CRESS 7a Região. (Org.). **Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções**. 5 ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, v. 1, p. 78-85.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B.. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. de P.. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

FORTI, V. L. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *R. Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional. In: **Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais**. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; NETTO, J. P. Serviço Social Alternativo: elementos para a sua problematização. In: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo, Cortez, 1992.

MARTINS, F. P. **Serviço Social e perfis pedagógicos: elementos para uma análise crítica**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

MATOS, C. M. O. Práticas políticas e profissionais no exercício do Serviço Social. **Tom**, n. 15, São Cristóvão/SE, jul./dez. 2009.

MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.

MOTA, A. E. Serviço social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

_____. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. et. al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo:

Cortez, 2006. Disponível em:

http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: Estudos Recentes**. Porto Alegre; Edufrgs, 2008, v. 1, p. 103-128.

PALMA, D. **A prática política dos profissionais: o caso do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PAULA, L. G. P. de. **Dimensão ideo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Recife, 2005.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Nelson Rosário de. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 12, jun. 1999, p. 131-146.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 09-11, jan./jun. 2013.

TORRES, M. M. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 42-69, jun/2007.

WELLEN, H.; CARLI, R. A falsa dicotomia entre teoria e prática. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.113-135, jul./dez. 2010.

WAGNER, L. Serviço social e movimentos sociais - uma não-arrelação? **Civitas** – Revista de Ciências Sociais v. 4, n. 1, jan./jun. 2004.

YAZBEK, M. C. et. al. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, abr. 1984.